



Ata da VII Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

1 Aos treze dias do mês de abril de dois mil e doze, às nove horas e trinta minutos da
2 manhã, no Mini-auditório da Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira –
3 FUNCESI, localizado no município de Itabira/MG, reuniram-se os conselheiros do
4 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio-MG para realização da VII
5 Reunião Extraordinária. Antecedendo a abertura da sessão, foi realizada a primeira
6 verificação do quorum, onde foram contabilizados 26 (vinte e seis) conselheiros
7 presentes. A mesa foi constituída pelo PE Élson Vital dos Reis (Cáritas Diocesana) –
8 Presidente do CBH Santo Antônio-MG, Srta. Débora de Viterbo dos Anjos Oliveira
9 (IGAM) – Vice-Presidente, Sr. Luiz Augusto Moysés de Magalhães (Prefeitura de
10 Santa Maria de Itabira) – Primeiro-Secretário e Sr. Leonardo Mitre Alvim de Castro
11 (Anglo Ferrous) – Segundo Secretário. PE Élson iniciou a reunião dando boas
12 vindas aos conselheiros e o Sr. Luiz Magalhães relatou os assuntos a deliberar. **1 –**
13 **Aprovação da Ata da XXXI Reunião Ordinária:** Sr. Júlio Gomes (Emater) solicitou
14 que fosse acrescida na linha 12 a sua justificativa do voto contrário ao Contrato de
15 Gestão, por não concordar com a forma em foi ocorrida a discussão sobre o mesmo.
16 Na linha 39 foi solicitada por alguns conselheiros que fosse acrescida a seguinte
17 frase “Sr. Wyllian Melo (IGAM) explicou o porquê dessa formalidade.” Sra. Patrícia
18 Generoso (FONASC) solicitou que fosse incluído seu voto na linha 70. Na linha 146,
19 Sr. Leonardo Mitre (Anglo Ferrous) solicitou que fosse substituída a palavra “Esse”
20 por “O”, em “Esse monitoramento...” e acrescida, na linha 155 “...são em
21 conformidade com as condicionantes”. As ressalvas foram atendidas e modificadas
22 na ata que foi aprovada por unanimidade. **2 – Apreciação da Deliberação**
23 **Normativa nº 14 – Institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia**
24 **Hidrográfica do Rio Santo Antônio e ratifica o Plano de Aplicação Plurianual da**
25 **Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2012 a 2015.** Srta. Débora de
26 Viterbo iniciou falando sobre as obrigações do Comitê, conforme disposto no
27 Contrato de Gestão 001/2011 e na Minuta de Deliberação Normativa do CERH que



Ata da VII Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

28 regulamenta o art. 3º do Decreto Estadual nº 45.230, de 03/12/2009. Em seguida
29 apresentou o Plano de Aplicação Plurianual do Comitê do Rio Santo Antônio – PAP
30 Santo Antônio, explicando que é no PAP que consta onde o recurso vai ser gasto,
31 baseando-se no contrato de gestão, Pactos das Águas e no plano da bacia – PIRH e
32 PARH. Também explicou que a locação dos recursos será por metas, programas e
33 ações prioritárias e apresentou os itens propostos para o Santo Antônio e pelas
34 câmaras técnicas (CTIL e CTOC). Sr. Luiz Augusto colocou em votação a
35 Deliberação Normativa nº 14, que foi aprovada por unanimidade. Srta. Débora de
36 Viterbo também apresentou o 1º Termo Aditivo do Contrato de Gestão que tem por
37 objeto inclusão do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012-2015 e a
38 adoção de novo Programa de Trabalho, bem como alteração da Cláusula Quarta do
39 Contrato de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros. Conforme Srta.
40 Débora de Viterbo, devido não ter recebido o parecer da procuradoria em tempo
41 hábil para esta reunião, não houve possibilidade de incluir o item na pauta para
42 deliberação. Este momento seria apenas para dar conhecimento à plenária sobre o
43 termo aditivo e abrir para o comitê fazer suas considerações. Como não seria
44 possível deliberar sobre o termo aditivo nesta reunião o documento seria assinado
45 pelo PE. Élon AD Referendum em momento posterior. Todos concordaram com a
46 colocação e ressaltaram a importância de encaminhar a minuta do Termo Aditivo
47 para posterior análise. 3 – **Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do**
48 **Reservatório Artificiais da PCH Funil – Pacuera PCH Funil.** A apresentação foi
49 realizada pelos representantes da Brasil PCH S.A/Funil Energia S.A Srs. Maugham
50 Basso Faria de Oliveira (Gerente de Meio Ambiente) e Toniel Domiciano Arrighi
51 Senra (Especialista em Meio Ambiente). Durante a apresentação do referido estudo,
52 dois questionamentos foram apresentados: O primeiro abordou a propriedade das
53 áreas apresentadas no PACUERA, nas quais os usos foram propostos. O Sr.



Ata da VII Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

54 Maugham informou que as referidas áreas já foram adquiridas e pertencem
55 atualmente à Funil Energia S.A. O segundo questionamento foi apresentado por dois
56 conselheiros deste Comitê, moradores da cidade de Dores de Guanhães, Srs. Jairo
57 Lima (Prefeitura de Dores de Guanhães) e Sr. Júlio Gomes (EMATER), e foi
58 relacionado à recomposição da cobertura vegetal nas margens do reservatório da
59 PCH Funil. Eles alegaram não estarem vendo os resultados desta recomposição. O
60 Sr. Maugham informou que foi realizado plantio de espécies nativas no ano de 2007,
61 e que desde 2011 são realizadas atividades de manutenção dos plantios realizados
62 nestas áreas. Além disso, a Funil Energia S.A. se dispôs a realizar uma visita na
63 área para que os Conselheiros pudessem observar os serviços executados. **4 –**
64 **Manabi Holding S.A – Projeto Morro do Pilar.** Sr. Camilo Silva, Gerente Geral de
65 Desenvolvimento de Projetos fez uma explanação sobre o Projeto Morro do Pilar,
66 que se instalará na cidade de Morro do Pilar - MG. Alguns questionamentos foram
67 surgindo durante a apresentação. Sra. Tereza Cristina (ADDAF) disse que em
68 alguns empreendimentos o licenciamento não está feito com uma visão integrada.
69 Sr. Camilo disse que o projeto apresentado tem uma consciência transparente e
70 possui ações alinhadas com questões sociais e ambientais. Sra. Patrícia Generoso
71 (FONASC) questiona sobre a identificação dos usuários de água que serão atingidos
72 pelo empreendimento. Sra. Tatiana (Manabi) disse que o processo de licenciamento,
73 que ainda não foi deliberado, possui o estudo de identificação dos usuários afetados
74 pelo empreendimento. Sr. Lucas Miyahara (AMALAPINHA) questionou sobre o modo
75 de uso do recurso hídrico, que por ser uma transposição de bacia não teria que ser
76 deliberado pelo Comitê. Sra. Tatiana disse que o IGAM não entende o modo de uso
77 do empreendimento como transposição. Sra. Patrícia Generoso expõe que toda
78 essa discussão e apresentação deveria ter sido agendada no Comitê antes da
79 deliberação da outorga. Sr. Camilo Silva explicou que não poderia apresentar o
80 projeto antes, pois este procedimento teria que ser uma iniciativa do IGAM e que a



Ata da VII Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

81 Manabi protocolou o processo no órgão responsável pela outorga e este não
82 encaminhou ao Comitê por entender que não se trata de um empreendimento de
83 grande porte e potencial poluidor. Sr. Luiz Augusto disse que fez o convite para que
84 os representantes do empreendimento viessem ao Comitê para que apresentasse o
85 projeto aos conselheiros. **5 – Recuperação de Nascentes – AMALAPINHA.** Sr.
86 Lucas Miyahara apresentou os resultados do trabalho que a AMALAPINHA vem
87 desenvolvendo na Sub-bacia do Rio Santo Antônio – Recuperação de Nascentes e
88 Experiência de Pagamento de Serviço Ambiental. Sr. Lucas disse que essa
89 apresentação seria uma formalização de seu anseio em captar recursos da cobrança
90 e também firmar parcerias com o setor público, privado, através de editais e projetos
91 ou outras fontes financiadoras. E que a primeira iniciativa para que houvesse um
92 resultado satisfatório seria promover uma articulação dentro do próprio Comitê e
93 estabelecer uma relação próxima com a agência de bacia – Ibio. Sr. Fabiano Alves
94 (Ibio) convidou a AMALAPINHA para uma apresentação do projeto à agência e
95 assim promover essa aproximação. Sr. Luiz Augusto aproveitou o momento para
96 solicitar às empresas, com representatividade no Comitê, para que também
97 estreitem parcerias com ONGs e associações para que assim o Comitê comece a
98 desenvolver o que está proposto no PARH – Plano de Ações de Recursos Hídricos
99 do Santo Antônio. Sr. Lucas sugere que se forme um grupo de estudo para que
100 comecem a socializar informações e já terem a posição de que tipo de parceria
101 poderia ser formada com cada empresa. PE. Élson recomenda que os conselheiros
102 dispostos a firmar parcerias estudem dentro de sua empresa a melhor maneira de
103 apoiar as ações do PARH e que no Seminário que acontecerá no dia 13 de junho na
104 cidade de Ferros se faça a reunião de nivelamento de informações. Sra. Simone
105 Pasko (AMALAPINHA) pede a palavra e expõe sobre uma visão que está dentro de
106 sua cidade. Ela disse que vive em um município (Morro do Pilar) carente de emprego
107 e que os filhos de agricultores não possuem empregos. Em sua opinião seria



Ata da VII Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

108 necessário que os empreendimentos, atuantes na região, tivessem uma visão para
109 geração de lideranças locais, uma valorização do saber local, estabelecerem
110 parcerias com ONGs que poderiam realizar alguns trabalhos para as empresas. Sr.
111 Leonardo Mitre (Anglo Ferrous) disse que não só a empresa em que ele trabalha,
112 mas como muitas outras, priorizam a mão-de-obra local. Sra. Simone afirma que não
113 é somente oferecer emprego, devem estar atentas à saúde, educação. Sr. Luiz
114 Augusto completa dizendo que para solução desses problemas de saúde e
115 educação tem-se que cobrar da administração da cidade. Nada mais havendo a
116 tratar, eu Luiz Augusto Moysés de Magalhães, primeiro-secretário do CBH Santo
117 Antônio, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e
118 pelo presidente.

Luiz Augusto Moysés de Magalhães
**Primeiro-Secretário do CBH Santo
Antônio – DO3**

Élson Vital dos Reis
**Presidente do CBH Santo Antônio
– DO3**

119



Ata da VII Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

120 **Anexo I – Transcrição da Apresentação da Empresa Manabi Holding S.A.**
121 Meu nome é Tatiana, trabalho na empresa ERA – Engenharia de Recursos Hídricos
122 Aplicada. Trabalho com consultoria e o nosso trabalho iniciou junto com a Terrativa na parte
123 de análise de projeto, como o próprio Camilo falou. Estão analisando a viabilidade do
124 empreendimento e desde então estamos trabalhando juntos. Neste estudo levantou uma
125 possibilidade de inviabilização do projeto, por conta da ausência do recurso hídrico, partimos
126 então para obtenção da outorga antes mesmo do licenciamento ambiental, que caminhou
127 em paralelo. O pedido de outorga foi rápido, foi solicitado em outubro e em dezembro já
128 tinha sido deferido. Temos dois pontos outorgados, um ponto no rio Preto e outro no rio
129 Santo Antônio. Na bacia do Santo Antônio a área de drenagem é de 1.422 Km² até o ponto
130 de captação. Na bacia do Rio Preto a área de drenagem é 123 km². O clima é considerado
131 tropical sub-quente e semi-úmido. Há um núcleo de precipitação próximo ao projeto que
132 favorece bastante as específicas na bacia do rio Preto. A metodologia foi baseada em
133 balanço hídrico de bacia hidrográfica. Na bacia do rio Preto a precipitação é
134 aproximadamente 1600 mm a 1500 mm total anual e na do Santo Antônio 1579 mm total
135 anual. A estação pluviométrica é a instalada em Conceição do Mato Dentro. Basicamente o
136 que fizemos: pegamos a consistência da estação pluviométrica, atualizamos a série 2011,
137 verificamos todas as possibilidades de erro naquela estação e fizemos a complementação
138 das séries nas poucas falhas existentes por vazão média mensal. O histórico é longo, de 45 a
139 2010, atualizado no trabalho de fechamento do relatório de outorga e em cima da estação
140 pluviométrica de Conceição. Aplicamos justamente a equação do balanço hídrico para
141 estimativa média da evapotranspiração das outras duas bacias que precisávamos
142 considerar, então, tendo chuva e evapotranspiração a vazão sai por consequência. Todas
143 as outras características vieram por proporção em relação à média de longo tempo. Na
144 estação base determinamos as características associadas ao regime hidrológico,
145 permanência de vazões, capacidade de regularização, muito embora nossas captações são
146 todas a fio d'água. Não temos implantação de reservatório nem de elevação de nível, mas
147 foi estudada a capacidade de regularização do curso d'água e o estudo de vazões mínimas,
148 que foi baseado em análises de frequência, quer dizer, testamos a metodologia
149 recomendada pelo IGAM e o resultado do CISCA e ambas as metodologias davam uma
150 vazão Q7,10 um pouquinho superior a metodologia de análise de frequência. Buscando ser
151 mais restritivo adotamos a análise de frequência direta da estação. Na sequência, tendo os
152 parâmetros de caracterização de oferta hídrica, que foram na seção de interesse vazão
153 média de longo tempo, Q7,10, levantamos quais eram as demandas a montante e em toda a
154 bacia do Doce, que já tinha cadastro no IGAM. Pegamos o cadastramento das outorgas do
155 IGAM todinho, dentro das limitações que tem o cadastramento, levantamos 43 outorgas e 23
156 aproveitamentos hidrelétricos associados à bacia do Santo Antônio na época. À montante
157 dos nossos pontos de interesse haviam apenas 11 outorgas das quais 5 possuíam
158 demandas hídricas. As outras 6 eram todas associadas a travessia rodo-ferroviária, então
159 não tinha demanda. Faz-se a conta de mais e menos, como é necessário neste tipo de
160 trabalho de praxe mesmo. Temos a vazão residual necessária: 70% de Q7,10, subtraindo as
161 demandas associadas, que na bacia do Preto são nulas, e disponibilidade hídrica. Na época
162 do trabalho buscamos o levantamento dos usos insignificantes, mas não tinha cadastro



Ata da VII Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

163 disponível ainda no IGAM, ele não era público ainda, então os usos insignificantes não
164 foram levantados nesta ocasião. Basicamente foi isso. Apresentamos o estudo, tivemos uma
165 reunião com a técnica que estava fazendo a análise no IGAM e sequencialmente a nossa
166 outorga foi deferida porque vamos apresentar a demanda de projeto dentro do limite legal de
167 que havia de disponibilidade na época. O processo Terrativa era um processo muito
168 diferente ao processo da Manabi. O Camilo entra agora mostrando as aprimorações do
169 projeto e o que se pretende fazer para frente. Simone (AMALAPINHA): a outorga da Anglo
170 está incluída nestas 5 outorgas? Tatiana (Manabi): Não. A outorga da Anglo está na bacia
171 do Peixe. O Peixe aflui ao Santo Antônio à jusante do nosso ponto, nem da Anglo nem da
172 Vale. Camilo Silva – Gerente Geral de Desenvolvimento de Projetos da Manabi: Quando de
173 posse dessa visão da disponibilidade hídrica a Terrativa desenvolveu um projeto de
174 mineração com uma abogadagem. Quando nós da Manabi tomamos posse das informações
175 nós redesenhamos o projeto com a visão de maximizar o equilíbrio dos usos dos recursos
176 naturais mais importantes que tínhamos na região: o minério e a água. A partir daí nos
177 desenvolvemos um conceito do projeto Morro do Pilar. A Manabi na verdade é a empresa
178 mãe de uma empresa cujo projeto está associado ao que chama Morro do Pilar Minerais
179 S.A. A ideia da Manabi foi criar a pouco mais de 1 ano um projeto de minério de ferro na
180 região do Morro do Pilar. A empresa tem mostrado para toda a comunidade envolvida na
181 região, através de várias reuniões públicas, inclusive com a AMALAPINHA participando em
182 Santo Antônio do Rio Abaixo e em Morro do Pilar. Temos apresentado o projeto com a
183 maior transparência possível, razão também de estar aqui hoje para anunciar ao Comitê as
184 informações de um projeto que vai impactar ou que pelo menos vai ter ações dentro da área
185 de atuação de responsabilidade do Comitê. O objetivo então é desenvolver um projeto, em
186 Morro do Pilar, de abertura de uma mina, uma usina tradicional e típica para exploração do
187 minério de ferro que acontece na região e depois a produção de 25 milhões de
188 toneladas/ano. Esse número é uma grande alteração em relação ao projeto antigo da
189 Terrativa, que previa apenas 15 milhões de toneladas. Esse produto será transportado até
190 um ponto que será construído em Linhares (ES). O processo das diversas etapas do
191 processamento do minério indica duas saídas principais para o consumo de água: uma
192 vazão de 0,237 m³/s para o mineroduto transportar o minério e uma perto da barragem de
193 0,582, totalizando 0,819 m³/s, apresentado pela disponibilidade hídrica. Numa análise
194 preliminar a gente entendia que os usos apresentados pela Terrativa apresentavam para os
195 dois consumos e em relação à quantidade de material movimentado, um consumo de
196 aproximadamente 0,5m³ por tonelada de material, um número típico de certa forma para
197 várias indústrias da mineração. Em alguns outros casos de mineração, até no Brasil não tem
198 muito, como cobre, metais básicos, o consumo é maior ainda. A Manabi fez um conceito de
199 engenharia diferente do projeto. Ela criou um processo, aqui está apresentado
200 simplificada as operações de britagem, moagem e de empilhamento. Particularmente
201 nas operações de espessamento e empilhamento de rejeito, a Manabi criou alternativas
202 tecnológicas mais caras para projeto e de vanguarda da indústria mineral, que permitiam
203 que a gente reutilizasse mais a água, diferentemente do projeto anterior. Nessas
204 reutilizações tem-se alguns termos técnicos: overflow espessador concentrado, overflow
205 espessador rejeito e de lama, enfim, de uma maneira geral, nos recirculamos 22 mil quase



Ata da VII Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

206 23 mil m³ de água por hora na usina. Isso quer dizer que 650% do volume de água captada
207 é reutilizada. O que quer dizer 650, quer dizer que para cada m³ de água captada, antes da
208 gente consumir, ele passa 6 vezes e meio na usina, relavando e relavando minério para
209 gente maximizar essa reutilização e diminuir esse consumo específico que era meta nossa,
210 diminuir o consumo específico pra poder manter a outorga e aumentar a capacidade. Então
211 650% é a quantidade de água que circula dentro do processo que nos desenhamos. Dessa
212 forma os principais consumos da água a gente tem uma pequena quantidade que entra na
213 usina como umidade natural do minério, temos a água nobre que estamos captando a 0,819
214 m³/s e temos uma água que vai sair pelo mineroduto. O consumo dela dentro do processo
215 industrial é essencialmente para abatimento de pó para minimização do problema ambiental,
216 na parte de outros consumos de rejeitos a gente também tem uma parcela muito boa e a
217 parte de evapotranspiração e infiltração que a própria barragem de disposição de material
218 acaba entrando para o aquífero. E com isso nos mudamos bastante o perfil, estilo da
219 Terrativa, desenhamos para o projeto Morro do Pilar a mesma outorga desenhada, nos
220 aumentamos a produção para 25 milhões de toneladas ano e baixamos o consumo
221 específico de 0,50 para 0,30 m³ por tonelada de material. Isso quer dizer que naquela
222 comparação de capacidade dos projetos nos conseguimos desenvolver um projeto 40%
223 mais eficiente no uso da água, particularmente pela utilização de tecnologias mais
224 atualizadas, processos que às vezes são mais caros para o empreendimento mas que
225 permite essa recirculação da água, no nosso caso 6 vezes e meio. Com essa visão nos
226 somos capazes de desenvolver um projeto mais adequado a quantidade de recursos de
227 outorga da região, eficiente muito sob o ponto de vista de água. Limitamos a outorga porque
228 o estudo hídrico já tinha apresentado isso pra gente. Apenas como informação preliminar, os
229 estudos de hidrogeologia de água subterrânea indicavam um potencial enorme na região.
230 Claro que como avanço de qualquer mineração, à medida que esta disponibilidade
231 acontecer, com o próprio avanço da cava, a nossa proposta dentro das próprias políticas da
232 empresa e as políticas dos órgãos que gerem o recurso hídrico no país é fazer uma
233 substituição adequada de captação a fio d'água pela captação subterrânea, desde que o
234 embargo seja menor. Com essa visão queremos trazer aqui pra vocês e aproveitar o espaço
235 para apresentar o próximo slide, talvez um pouco antecipado, dizendo que nós já estamos
236 considerando o assunto debatido e deliberado pelo próprio comitê. Temos no nosso custo a
237 expectativa de que temos que pagar pelo uso da água, então apenas preliminarmente, não
238 queremos ser fidedigno à previsão do cálculo, até porque a própria interpretação da
239 deliberação normativa não foi debatida por vocês. Esse consumo 2.948 m³/h é exatamente
240 aquele 0,819 m³/s, nas 8.760 horas trabalhadas vai trazer um consumo de 26 milhões
241 m³/ano ao custo, pela DN, de R\$ 0,030 por m³, vai trazer um pagamento ao Comitê de 780
242 mil reais por ano. A idéia era apresentar muito simplesmente o assunto, apenas
243 aproveitando o momento, o convite do Luiz Augusto e da Simone. Queremos manter
244 proativamente, como temos feito, uma postura de proatividade e transparência no projeto.
245 Estamos nesses poucos minutos que restam disponíveis para responder a qualquer
246 pergunta e estar esclarecendo qualquer dúvida da Manabi ou da disponibilidade hídrica que
247 a Tatiana fez. Felipão (Sindicato Metabase): Porque o mineroduto em detrimento a uma
248 ferrovia? Camilo: É uma pergunta bastante polêmica porque ela tem sido alvo de visões



Ata da VII Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

249 muito subjetivas dos empreendimentos. Vou dizer para o Senhor de uma maneira muito
250 cirúrgica que um projeto de qualquer empresa só é viável se ele tiver economicidade, se nós
251 tivéssemos que fazer uma ferrovia esse projeto não se tornaria viável e o recurso mineral
252 ficaria debaixo da terra, nada do desenvolvimento do projeto para região se tornaria
253 verdade. As ferrovias elas tem sido ditas como elementos de desenvolvimento na região por
254 onde ela trafega, mas isso talvez foi Barão de Rio Branco em 1840 que pregonizou, porque
255 nenhuma ferrovia no Brasil com concessões federais, que inclusive são muito mal utilizadas
256 pelas concessionárias, não permitem que outras empresas façam uso dela e desenvolveu-
257 se praticamente nada ao longo das ferrovias. Sob o aspecto desenvolvimentista a ferrovia
258 não tem nenhum benefício, sob o aspecto de meio ambiente a ferrovia absurdamente mais
259 impactante do que o mineroduto. O mineroduto você coloca debaixo da terra e vai embora.
260 Patrícia (Fonasc): a água também. Porque esse Comitê é de gestão de água, pra nós a
261 visão da água precisa ser tratada de uma forma... Camilo (Manabi): O mineroduto tem seus
262 prós e contra. A ferrovia não se mostra como elemento possibilidade desses
263 empreendimentos, muito provavelmente, a maior parte de todos os empreendimentos
264 minerários do país, que precisam de transporte de grande volume, usam as concessões
265 federais por investimentos públicos para sustentar o próprio negócio. Felipe (Metabase):
266 Então a ferrovia é só mesmo questão econômica? Camilo (Manabi): Econômica. Tereza
267 Cristina (ADDAF): Não ficou claro para mim a questão do consumo. O que você apresentou
268 é em relação a mineração, e a questão da captação de água para o mineroduto? Camilo
269 (Manabi): É a mesma. Tereza Cristina (ADDAF): O consumo apresentado é o da mineração,
270 para o mineroduto vai se outra captação? Camilo (Manabi): Não. Está tudo ali. Nós
271 redesenhamos o projeto sem alterar a captação. Tereza Cristina (ADDAF): Então ali está a
272 questão do consumo para mineração e mineroduto? Camilo (Manabi): Exatamente. Tereza
273 Cristina (ADDAF): Está sendo concluído um mineroduto na região, existe a possibilidade de
274 se utilizar o mesmo mineroduto para transportar o minério? Camilo (Manabi): O mesmo
275 mineroduto não porque é eles são dimensionados para capacidades diferentes de projetos,
276 algumas coisas poderiam ser sinérgicas como por exemplo, o uso da faixa de servidão, por
277 onde o produto passa, mas isso não traz para o uso da água ou do meio ambiente um
278 benefício significativo. Tereza Cristina (ADDAF): Traria Sim, se usassem a mesma
279 quantidade de água para transportar. Camilo (Manabi): Mas as empresas são competitivas e
280 não tem uma legislação federal que oriente para essa sinergia. Patrícia (Fonasc): Mas aí
281 vamos estar sempre decidindo em razão da competitividade, da lucratividade, em razão das
282 empresas. O senhor disse que não tem nada a ver com o meio ambiente, todos dois terão
283 supressão ao longo do mineroduto e aí vamos estar priorizando a questão financeira sem
284 estar priorizando a questão dos recursos que são esgotáveis como a água, enfim, é uma
285 situação que não está sendo pensada. Camilo (Manabi): Na verdade ela está sendo
286 pensada. Ao propor um projeto desse tipo a empresa tem a consciência cidadã. É um
287 projeto que traz não só para Morro do Pilar, mas para região uma transformação de
288 desenvolvimento.